PRODUTO TÉCNICO

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

TRAMITAÇÃO ÁGIL NO TRF4

Guia prático para advogados previdenciários

APRESENTAÇÃO

Material orientativo para apoiar a triagem da demanda, a organização das informações e a utilização qualificada do fluxo automatizado.

Paloma Rosa dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Bittencourt da Cruz

PPGD/UEPG | Ponta Grossa | 2026

Elaborado com base em princípios de Legal Design.

COMO USAR ESTE MANUAL

Informação clara para decisões práticas

Este manual foi desenvolvido para advogados previdenciários que atuam no âmbito do TRF4 e utilizam o eproc. A leitura pode ser sequencial ou direcionada à dúvida concreta do usuário.



O QUE É A TRAMITAÇÃO ÁGIL?

É uma modalidade de processamento automatizado, voltada a demandas previdenciárias por incapacidade compatíveis com fluxos padronizados no eproc.

ETAPA	FINALIDADE
1. Triagem	Verificar se o caso parece compatível com a Tramitação Ágil.
2. Preparação	Conferir documentos, NB, assunto processual e especialidade médica.
3. Ajuizamento	Organizar a distribuição e revisar os campos críticos.
4. Acompanhamento	Compreender as etapas e identificar situações que exigem providência.



USO RESPONSÁVEL

O manual apoia a decisão procedimental, mas não substitui a análise jurídica individualizada, as normas vigentes nem as orientações oficiais do TRF4 e do eproc.

CHECKLIST DE TRIAGEM

Antes de ajuizar: este caso é compatível com a TA?

Marque os itens aplicáveis. A presença de alerta indica necessidade de revisão da estratégia antes da escolha do fluxo automatizado.

VERIFICAÇÃO	SIM	ATENÇÃO
1. Há requerimento administrativo e Número do Benefício (NB) válido?	☐	☐
2. O pedido se refere a benefício por incapacidade?	☐	☐
3. Não há tutela provisória que exija apreciação urgente?	☐	☐
4. Não há cumulação complexa de pedidos, dano moral ou indenização autônoma?	☐	☐
5. Não há questão de competência, inclusive acidente de trabalho?	☐	☐
6. A prova não demanda quesitos ou instrução excepcional?	☐	☐
7. NB, assunto processual e especialidade médica foram conferidos?	☐	☐



ORIENTAÇÃO

Em caso de dúvida, consulte as seções “Casos complexos” e “Erros frequentes” antes de optar pela TA.

RESULTADO DA TRIAGEM

Escolha o próximo passo

Após responder ao checklist, utilize o resultado como apoio à definição do percurso processual mais adequado ao caso concreto.

VERDE — PROSSIGA

Se os requisitos estiverem presentes e não houver alerta relevante, avance para a preparação e o ajuizamento.

AMARELO — REVISE

Dúvidas sobre documentos, dados estruturados, especialidade ou compatibilidade exigem revisão antes da opção pela TA.

VERMELHO — ANALISE O RITO CONVENCIONAL

Demandas urgentes, complexas ou com questão de competência podem exigir tratamento individualizado.

A TA é voltada a demandas compatíveis com dados estruturados e etapas padronizáveis. A tecnologia não elimina a necessidade de leitura atenta do caso concreto.

POR QUE UTILIZAR A TA?

Celeridade processual com precisão e cautela

A Tramitação Ágil automatiza atividades não decisórias e integra informações necessárias ao processamento da demanda. Em casos compatíveis, pode reduzir retrabalhos e intervalos de espera.



DADO DE CELERIDADE

REDUÇÃO APROXIMADA DE 53%

Estudo técnico sobre a Tramitação Ágil registrou redução do tempo médio de tramitação de 320 para 152 dias, no recorte analisado.

FLUXO ORDINÁRIO	TA
Coleta sucessiva de dados e movimentações manuais.	Recuperação estruturada de informações e atos não decisórios parametrizados.
Etapas dependentes de intervenções administrativas repetitivas.	Impulsionamento de etapas conforme regras aplicáveis ao fluxo.



LEIA COM CAUTELA

O percentual refere-se ao período e às condições examinados. Ele não significa que todos os processos terão redução idêntica de prazo.

ANTES DE AJUIZAR

O que precisa estar em mãos

ITEM	FINALIDADE
Número do Benefício (NB)	Identificar o pedido administrativo e permitir a recuperação de informações integradas, quando disponíveis.
Dados da parte e representação	Assegurar compatibilidade entre informações do sistema e documentos apresentados.
Assunto processual	Relacionar a classificação do processo ao pedido formulado.
Especialidade médica	Manter aderência com a patologia principal e a prova pretendida.
Petição e documentos	Organizar elementos pessoais, médicos e processuais pertinentes.
Honorários	Informar os dados necessários quando houver retenção contratual.

CONFERÊNCIA ESSENCIAL

Confira NB, assunto processual e especialidade médica antes de confirmar o ajuizamento.

PASSO A PASSO NO EPROC

Parte 1 — configuração inicial

A configuração inicial define o caminho processual da demanda. Preencha os campos com atenção e mantenha coerência entre as informações do eproc e a petição inicial.

ETAPA	O QUE FAZER	PONTO DE ATENÇÃO
1  **1. Informações básicas**	Defina a localidade judicial, o rito, a classe processual e o valor da causa conforme as particularidades da demanda. Quando necessário, verifique as consequências processuais da escolha realizada.	A escolha do rito influencia a disponibilidade de opções no sistema e deve ser compatível com o pedido formulado.
2  **2. Assunto principal**	Selecione o assunto correspondente ao pedido formulado na petição inicial. A classificação deve refletir a pretensão previdenciária apresentada.	A classificação precisa guardar coerência com a petição inicial; divergências podem comprometer a organização do fluxo.
3  **3. Partes e dados críticos**	Informe corretamente os dados da parte, o Número do Benefício (NB) e a especialidade médica vinculada ao caso. Revise os campos antes de avançar.	Esses campos são relevantes para a organização do fluxo e para a recuperação das informações integradas, quando disponíveis.



ORIENTAÇÃO

A seleção da TA deve ocorrer apenas após a confirmação de que a demanda é compatível com o fluxo automatizado.

PASSO A PASSO NO EPROC

Parte 2 — documentos e confirmação

Nesta etapa, a atenção aos documentos e à conferência final reduz inconsistências e contribui para que a distribuição ocorra de forma compatível com o caso apresentado.

ETAPA	O QUE FAZER	PONTO DE ATENÇÃO
4. Documentos	Anexe a petição inicial, a procuração, os documentos pessoais e os elementos médicos pertinentes à demanda. Organize os arquivos de modo compatível com a pretensão formulada.	A suficiência documental deve ser avaliada conforme a pretensão formulada e as particularidades do caso.
5. Revisão final	Confira os dados preenchidos no sistema e a correspondência entre as informações estruturadas, os documentos anexados e a petição inicial.	A revisão reduz inconsistências, retrabalho e a necessidade de correções posteriores.
6. Opção pela TA	Escolha o fluxo automatizado somente quando o caso for compatível com os requisitos e com a lógica de padronização da Tramitação Ágil.	A opção não substitui a análise das particularidades da causa, das exceções e da estratégia processual.

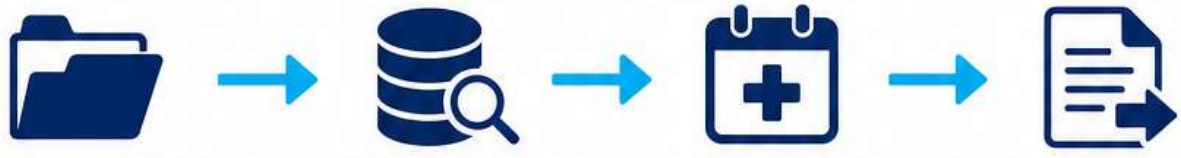
BOA PRÁTICA

Faça uma conferência final do NB, do assunto, da especialidade médica e dos documentos essenciais.

APÓS A DISTRIBUIÇÃO

O que pode acontecer no fluxo ordinário

Em condições ordinárias e quando presentes os requisitos do caso, o sistema pode impulsionar etapas não decisórias. A sequência concreta dependerá das particularidades da demanda.



ETAPA	DESCRIÇÃO	SUA PROVIDÊNCIA
Distribuição	O processo é encaminhado segundo as regras aplicáveis.	Acompanhe o eproc.
Verificações e integrações	Podem ser recuperados dados e realizadas verificações pertinentes.	Mantenha os dados conferidos.
Central de Perícias	Pode ocorrer encaminhamento para designação pericial.	Oriente o cliente e acompanhe a intimação.
Laudo e remessa	Após o laudo, os autos seguem conforme as regras do procedimento.	Avalie o conteúdo e as providências cabíveis.

IMPORTANTE

A automação não substitui a atividade jurisdicional. O fluxo pode ser alterado quando houver urgência, exceção processual ou circunstância incompatível com a padronização.

EXCEÇÕES E SITUAÇÕES ESPECIAIS

Parte 1 — alertas operacionais

Antes de optar pelo fluxo automatizado, verifique se há circunstâncias que exijam providência administrativa prévia ou apreciação individualizada.

SITUAÇÃO	ORIENTAÇÃO PRÁTICA
NB inexistente ou ausência de requerimento administrativo	Verifique a situação administrativa e regularize os elementos necessários antes do ajuizamento.
Falta de pedido de prorrogação após alta programada	Examine a situação do benefício e a necessidade de providência administrativa prévia.
Não comparecimento à perícia	Acompanhe o agendamento e oriente o cliente quanto ao comparecimento.
Pedido de tutela provisória	Avalie a urgência e a necessidade de apreciação judicial imediata.

ATENÇÃO

Urgência, incompatibilidade ou necessidade de apreciação individualizada podem exigir tratamento pelo rito convencional.

CASOS COMPLEXOS

Parte 2 — analise antes de marcar a TA

Demandas com maior complexidade podem exigir leitura individualizada da causa antes da definição do fluxo processual.



Antes de selecionar a TA, verifique se o pedido, a prova necessária e as particularidades da demanda permanecem compatíveis com a lógica de padronização.

HIPÓTESE	CUIDADO NECESSÁRIO
Cumulação de benefícios ou pedidos múltiplos	Avalie a compatibilidade da pretensão com a lógica de padronização.
Dano moral, indenização ou pedido acessório autônomo	Verifique se a formulação exige instrução ou apreciação que ultrapasse o fluxo ordinário.
Conversão de benefício	Examine necessidade de prova, delimitação do pedido e análise específica.
Quesitos e perícia complexa	Considere a necessidade de instrução individualizada e rito convencional.
Múltiplas patologias	Identifique a patologia central e a adequação da prova necessária.



CRITÉRIO DE DECISÃO

A opção pela TA deve preservar a adequação do procedimento, a segurança jurídica e a análise técnica do caso concreto.

ACIDENTE DE TRABALHO

Competência: verificação indispensável

Em demandas relacionadas a acidente de trabalho, a competência deve ser examinada antes de qualquer opção pela TA. Em regra, as ações acidentárias são processadas e julgadas pela Justiça Estadual, ressalvadas as hipóteses expressamente atribuídas à Justiça Federal.



ALERTA DE COMPETÊNCIA

Confira a causa de pedir, a natureza do benefício e o pedido formulado. A referência à incapacidade não elimina a necessidade de verificar se a controvérsia decorre de acidente de trabalho.

ACIDENTE DE TRABALHO? → **VERIFIQUE A COMPETÊNCIA** → **DEFINA O RITO E O PROCESSAMENTO**

PERGUNTA DE TRIAGEM	CONDUTA
1 **A causa envolve acidente de trabalho?**	Verifique a competência antes de definir o rito e o processamento.
2 **Há pedido previdenciário e indenizatório?**	Avalie a cumulação, a competência e a adequação do procedimento.
3 **Há prova técnica complexa?**	Considere a necessidade de instrução individualizada.



ATENÇÃO À CAUSA DE PEDIR

A definição do procedimento deve considerar a natureza da controvérsia e as particularidades jurídicas da demanda.

ERROS FREQUENTES

Situações que podem atrasar ou impedir o fluxo

A identificação preventiva de inconsistências reduz retrabalho e favorece a escolha do procedimento mais adequado à demanda.



ANTES DE CONFIRMAR

Revise os dados estruturados, a documentação e a compatibilidade do caso com a Tramitação Ágil.

ERRO	COMO PREVENIR
NB incorreto ou incompatível	Conferir o número e sua correspondência com a documentação administrativa.
Assunto processual inadequado	Relacionar a classificação selecionada ao pedido efetivamente formulado.
Especialidade sem aderência ao caso	Avaliar a patologia principal e a prova pericial necessária.
Opção pela TA em caso urgente ou complexo	Aplicar o checklist e revisar a existência de exceções.
Falta de acompanhamento das intimações	Monitorar o eproc e orientar o cliente quanto às providências necessárias.



BOA PRÁTICA

A prevenção começa antes do ajuizamento: use o checklist, confira os campos críticos e avalie a compatibilidade real da demanda.

PERGUNTAS FREQUENTES

Dúvidas práticas sobre a TA

As respostas abaixo auxiliam a consulta rápida do manual. Em situações específicas, prevalecem a análise jurídica do caso concreto e as regras aplicáveis.

DÚVIDA?

Retome o checklist de triagem antes de optar pela Tramitação Ágil.

PERGUNTA	RESPOSTA OBJETIVA
A TA é obrigatória?	Não. A opção depende da compatibilidade do caso e da escolha processual.
Todo caso por incapacidade pode usar a TA?	Não. Demandas urgentes, complexas ou incompatíveis podem exigir rito convencional.
Há tutela de urgência. O que fazer?	Avalie a necessidade de apreciação judicial imediata e as regras aplicáveis.
Posso usar a TA em acidente de trabalho?	Antes, verifique a competência. Em regra, ações acidentárias tramitam na Justiça Estadual.
O que devo conferir antes de escolher a TA?	Confira NB, assunto processual, especialidade médica, documentos e a compatibilidade da demanda.
O que fazer em caso complexo?	Revise o checklist e avalie se a demanda exige instrução individualizada ou rito convencional.
O manual substitui a análise jurídica?	Não. É material orientativo e não substitui a avaliação individualizada.

CONSULTA RÁPIDA

Utilize o manual como apoio à organização da demanda, à prevenção de erros e à identificação de situações que exigem atenção especial.

PERGUNTAS FREQUENTES

Mais orientações para a atuação profissional

Esta página complementa as dúvidas iniciais e reúne situações que exigem atenção durante a definição da estratégia processual e o acompanhamento da demanda.

CONSULTA COMPLEMENTAR

Em situações específicas, retome as seções "Casos complexos", "Exceções" e "Após a distribuição".

PERGUNTA	RESPOSTA OBJETIVA
O que ocorre com múltiplas patologias?	Identifique a patologia principal e avalie se a prova necessária permanece compatível com o fluxo automatizado.
Posso formular dano moral ou indenização?	Avalie se o pedido acessório exige instrução ou apreciação individualizada incompatível com a lógica padronizada.
O processo pode sair do fluxo automatizado?	Sim. Situações específicas podem exigir alteração do fluxo ou tratamento pelo rito convencional, conforme as regras aplicáveis ao caso.
O que acompanhar após a distribuição?	Acompanhe as intimações, o agendamento da perícia, a juntada do laudo e as demais movimentações relevantes no eproc.
Onde encontro atualizações?	Consulte os atos e as orientações oficiais do TRF4, do eproc e da Justiça Federal.

ATUAÇÃO QUALIFICADA

A consulta rápida ao manual contribui para decisões mais conscientes, sem afastar a análise técnica e individualizada de cada demanda.

BOAS PRÁTICAS

Atuação orientada por clareza e prevenção

A utilização qualificada da Tramitação Ágil começa antes do ajuizamento e permanece necessária durante todo o acompanhamento da demanda.

1. Utilize o checklist antes de definir a estratégia de ajuizamento.

2. Mantenha coerência entre a petição inicial, os documentos e os campos estruturados.

3. Oriente o cliente sobre perícia e acompanhamento das intimações.

4. Avalie previamente pedidos urgentes, cumulativos ou acessórios.

5. Acompanhe as movimentações relevantes no eproc.

6. Consulte atos e orientações institucionais vigentes.

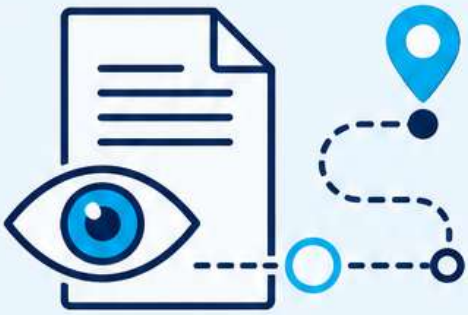
MENSAGEM CENTRAL

A efetividade da TA depende de tecnologia, dados confiáveis, peticionamento adequado e atuação profissional atenta.

DESIGN DA INFORMAÇÃO JURÍDICA

Princípios aplicados à organização deste manual

A organização do manual se apoia em linguagem clara, progressividade da informação, hierarquia visual e orientação à ação. O objetivo é facilitar a localização de informações e reduzir dúvidas operacionais.



LEGAL DESIGN APLICADO

A apresentação visual foi estruturada para tornar a informação jurídica mais localizável e compreensível no uso cotidiano.

PRINCÍPIO	APLICAÇÃO
Progressividade	A leitura inicia na triagem e avança para preparação, ajuizamento, exceções e acompanhamento.
Hierarquia visual	Títulos, tabelas e caixas distinguem orientações, alertas e situações de risco.
Linguagem clara	Frases diretas indicam o que conferir e qual providência considerar.
Orientação à ação	Cada seção aponta escolhas e cuidados relacionados à prática profissional.



ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

O formato do manual busca apoiar a consulta rápida, sem substituir a análise jurídica individualizada da demanda.

USO RESPONSÁVEL

Tecnologia e atuação profissional caminham juntas

A Tramitação Ágil integra ambiente processual eletrônico sujeito a aperfeiçoamentos. Sua utilização pressupõe acompanhamento das normas aplicáveis, das orientações institucionais e das funcionalidades disponíveis no eproc.



ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A tecnologia apoia o processamento da demanda, mas não substitui a análise técnica necessária à definição da estratégia processual.

ANTES DE UTILIZAR A TA

- Confirme a compatibilidade do caso.
- Verifique a regularidade das informações administrativas.
- Avalie a adequação do rito.
- Identifique circunstâncias que demandem apreciação individualizada.



DECISÃO PROCESSUAL

O fluxo automatizado pode reduzir etapas repetitivas, mas a definição da estratégia processual permanece vinculada às particularidades da causa, à proteção do direito do segurado e à responsabilidade técnica do advogado.

REFERÊNCIAS

ANTONINI, Alexandre Kenzi et al. Tramitação Ágil no eproc: um projeto sistêmico de transformação organizacional e digital. In: Encontro de Administração da Justiça (ENAJUS), 2024. Anais [...]. Natal-RN, 2024. Disponível em: https://www.enajus.org.br/anais/2024/tramitacao-agil-no-eproc-um-projeto-sistemico-de-transformacao-orga Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Justiça em Números 2025. Brasília: CNJ, 2025c. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Inspiralab - Tramitação Ágil. Dados do projeto: "benefícios por incapacidade na competência dos Juizados Especiais Federais correspondem a 18,6% de toda a distribuição da Justiça Federal de 1.º Grau da 4ª Região, média de 10.533 processos por mês". 2025a. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/inspiralab/tramitacao_agil.html. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Resolução Conjunta nº 24/2023, de 13 de fevereiro de 2023. Institui a modalidade "Tramitação Ágil" para processamento automatizado de demandas judiciais, inclusive ações previdenciárias relativas a benefícios por incapacidade. Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região, Porto Alegre, 13 fev. 2023. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/diario/download.php?id_publicacao=8897. Acesso em: 12 nov. 2025.

COELHO, Alexandre Zavaglia. Legal design e visual law: conceitos e sua aplicação pelo Poder Público. In: COELHO, Alexandre Zavaglia (org.). Legal design e visual law: comunicação entre o universo do direito e os demais setores da sociedade. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

DYKSTRA, Mayna Marchiori de Moraes; CRUZ, Fabrício Bittencourt da. Matrícula Imobiliária em Visual Law: Um Estudo Exploratório para Otimizar o Acesso à Extrajudicialização. Revista Internacional Consinter de Direito, Paraná, Brasil, v. 11, n. 21, 2025. DOI: 10.19135/revista.consinter.00021.33. Disponível em: https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/867. Acesso em: 16 abr. 2026.

HAGAN, Margaret. Law by design. Stanford: Stanford d.school, 2017. Disponível em: https://lawbydesign.co/. Acesso em: 10 fev. 2026.

HOLTZ, Ana Paula; COELHO, Alexandre Zavaglia. Legal design e visual law: comunicação entre o universo do direito e os demais setores da sociedade. In: COELHO, Alexandre Zavaglia (org.). Legal design e visual law: comunicação entre o universo do direito e os demais setores da sociedade. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

LEINER, Gabrielle Santangelo; DYKSTRA, Mayna Marchiori de Moraes; CRUZ, Fabrício Bittencourt da. Aplicação de Legal Design e Visual Law na promoção do acesso à justiça no Brasil. Revista Internacional Consinter de Direito, v. 10, n. 18, p. 79–94, 2024. Disponível em: https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/499. Acesso em: 10 fev. 2026.

MAIA, Ana Carolina; NYBO, Erik Fontenele. Legal design: criando documentos que fazem sentido para os usuários. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SANTOS, Bruno Rabelo dos; CRUZ, Fabrício Bittencourt da; DINIZ, Cláudio Smirne. Natureza jurídica da Visual Law produzida pelo Poder Judiciário no Brasil. Revista Humanidades e Inovação, v. 10, n. 18, 2023. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9671. Acesso em: 12 nov. 2025.

SIMIONATO, Wagner. Eficiência dos Núcleos de Justiça 4.0 no trâmite processual dos benefícios por incapacidade no Tribunal Federal da 4ª Região do Brasil: análise comparativa entre abril de 2020 e março de 2025. 2026. X f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

ORIENTAÇÃO FINAL

Tramitação Ágil: triagem, técnica e atuação qualificada

A Tramitação Ágil pode racionalizar etapas não decisórias em demandas compatíveis com sua lógica de padronização. A escolha pelo fluxo exige conferência dos requisitos, atenção às particularidades do caso e acompanhamento profissional do processo.



SÍNTESE

Utilize este manual como apoio para triagem, conferência das informações, prevenção de erros e identificação de exceções.



ANÁLISE DO CASO CONCRETO

Em situações de urgência, complexidade, dúvida sobre competência ou necessidade de prova individualizada, a análise jurídica do caso concreto deve orientar a definição do procedimento adequado.

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS
TRAMITAÇÃO ÁGIL NO TRF4

Produto técnico vinculado à dissertação de Mestrado Profissional em Direito — UEPG, 2026.